

# Plano prevê inflação baixa

Para estabelecer essas linhas e grupos setoriais prioritários, os técnicos dos Ministérios do Planejamento e da Indústria e Comércio partiram dos seguintes pressupostos: como houve uma queda de 6 por cento na produção agrícola, o Produto Interno Bruto deve crescer 7 por cento neste e nos próximos três anos; a inflação continuará próxima de zero (esperam eles) e passem, o congelamento de preços será mantido. Acreditam eles que mantido o preço congelado dos produtos na ponta, conquistada a melhoria da qualidade e o aumento da produção os empresários terão boas margens de lucro.

Como o parque industrial brasileiro é relativamente recente e, razoavelmente moderno, não serão exigidos muitos recursos para melhorar a qualidade ou montar um novo padrão de produtos industriais no País. No entanto, — afirmam os técnicos — indistintamente, todos os setores precisam ser modernizados. E, mais uma vez, aqui, entra a questão da melhoria da qualidade dos produtos e o aumento da capacidade produtiva.

## Descentralização

Por outro lado, o Governo pretende promover a descentralização industrial, criando polos de desenvolvimento em outras regiões. Por isso, os técnicos dedicam um capítulo especial à questão do Nordeste, região que, segundo estudos do Governo e do Banco Mundial, só se desenvolverá por meio de incentivos. E o próprio Banco Mundial está disposto a bancar parte dos financiamentos de futuras indústrias na região. Estudos nesse sentido estão na Secretaria de Cooperação Internacional Técnica e Financeira da Seplan. Cz\$ 70 bi do BNDES.

Estudos realizados pelo Instituto de Planejamento Econômico — Iplan — apontaram que os incentivos fiscais para o Nordeste se prestam, na maioria dos casos, para desvios de recursos que poderiam ser empregados nos financiamentos de projetos mais viáveis e reais. Por isso, a nova política industrial resolveu reformular todo o sistema de financiamento de longo prazo e de incentivos fiscais. Agora, está mais ou menos acertado que, dificilmente, uma empresa será beneficiada, mais de uma vez, com a aplicação de incentivos fiscais no Nordeste. Se ela se viabilizou com a primeira partida de incentivos, bem, tem de dar chances para outros candidatos.

Para financiar esse novo padrão industrial, onde a qualidade dos produtos e o aumento da produção por unidade serão exigências básicas, o Governo conta com Cz\$ 70 bilhões que estão previstos para o orçamento de 1987 do BNDES, sendo que desse total cerca de Cz\$ 25 bilhões serão destinados à indús-

tria de transformação e mais Cz\$ 10 bilhões alocados para implantar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento do capital privado.

A partir do próximo ano, o ministro do Planejamento, João Sayad, pretende intensificar as gestões no sentido de ampliar a cota de empréstimos para o Brasil junto ao Banco Mundial. Nos últimos 20 dias, o Banco Mundial aprovou um crédito de US\$ 1.8 bilhão para a recuperação do setor elétrico, sendo US\$ 500 milhões em empréstimos diretos, US\$ 700 milhões em cofinanciamento (o banco avaliza) e mais US\$ 600 milhões como contrapartida do Governo brasileiro.

Todavia, há necessidade, ainda, de recuperar o setor siderúrgico. Lembram os técnicos que os setores siderúrgicos e elétricos são fundamentais para viabilizar a futura política industrial. Sem aço e sem energia nenhuma indústria se desenvolve. O Brasil, portanto, deve aumentar a oferta de energia elétrica, pois há um déficit próximo de 11 por cento, isto é, a diferença entre a oferta e o consumo. Caso contrário, haverá um colapso energético. Sem essas condições o empresariado privado não investe.

## Exportação

Ao contrário do que vinha ocorrendo, nos últimos anos, quando os governos, pressionados pela dívida externa, permitiam a exportação de todo e qualquer produto que encontrasse comprador no exterior, agora as exportações serão seletivas. Primeiro, terá de ser atendido o mercado interno e só depois os candidatos a exportadores receberão as guias de autorização da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil — Cacex. E mais, os incentivos só serão dados às empresas de comprovada capacidade exportadora.

## Importação

Por outro lado, serão facilitadas as importações de componentes que possam contribuir para o aperfeiçoamento tecnológico do parque industrial brasileiro. Por exemplo, ao invés de importar as latas de embalagens para produtos, o Governo pretende incentivar a compra de componentes que possibilitem a fabricação do produto aqui, no Brasil. E mais: além de atender ao mercado interno, o projeto dessa futura fábrica de latas deverá prever um nível excedente para ser exportado, no caso de haver comprador estrangeiro. Aliás, esse procedimento de exigir que a produção de um setor seja superior ao consumo interno, havendo mercado externo, será uma das principais preocupações da política seletiva de exportações.